

2 — Prova de conhecimentos — as provas escritas de conhecimentos são realizadas, sem consulta, no dia 10 de Novembro de 2007, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa (ISCTE), sito na Avenida das Forças Armadas, em Lisboa, pelas 9 horas, devendo os candidatos ser portadores do respectivo bilhete de identidade.

Legislação e bibliografia:
Legislação:

Constituição da República Portuguesa;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo;
«Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública» (disponível no sítio da DGAEP, em www.dgaep.gov.pt);
Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril;
Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de Maio;
Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;
Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprova o Código do Trabalho;
Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, que regulamenta o Código do Trabalho;
Lei n.º 9/2006, de 20 de Março, que altera o Código de Trabalho e a regulamentação do Código do Trabalho;
Lei n.º 23/2004 de 22 de Junho, que aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, que aprova o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Lei n.º 53-C/2006, de 29 de Dezembro, que prorroga a vigência da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto;
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro;
Decreto Regulamentar n.º 25/2007, de 29 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 26/2007, de 29 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 27/2007, de 29 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 28/2007, de 29 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 29/2007, de 29 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 30/2007, de 29 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 32/2007, de 29 de Março;
Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho;
Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho;
Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho;
Decreto-Lei n.º 88/2007, de 29 de Março;
Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio;
Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 8 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série B, n.º 149, de 4 de Agosto de 2005;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de Março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série B, n.º 79, de 21 de Abril de 2006;
Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que alterou e republicou a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;
Lei n.º 10/2004, de 22 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio;
Lei n.º 15/2006, de 26 de Abril;
Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, que alterou e republicou a Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e a Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

Bibliografia:

Diogo Freitas do Amaral, *Curso de Direito Administrativo*, Almedina;
Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado de Matos, *Direito Administrativo Geral*, Dom Quixote;
J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Anotada*, Coimbra Editora;

Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra Editora;

J. M. Santos Botelho, Américo Pires Esteves e José Cândido de Pinho, *Código do Procedimento Administrativo Anotado*, Almedina;
Mário Esteves de Oliveira, Pedro Costa Gonçalves e J. Pacheco Amorim, *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, Almedina;

António Lemos Monteiro Fernandes, *Direito de Trabalho*, Almedina;

Mário Aroso de Almeida, Carlos Alberto Fernandes Cadilha, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, Almedina.

3 — Este aviso pode também ser consultado no sítio da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, em www.sg.min-edu.pt, sendo ainda publicitado nos locais mencionados no aviso de abertura do concurso.

15 de Outubro de 2007. — A Presidente do Júri, *Maria Eugénia dos Santos Carvalho*.

Conservatório Nacional

Escola de Música

Aviso n.º 20 688/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 95.º, capítulo V, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no escaparate desta Escola de Música a lista de antiguidade do pessoal docente abrangido pelo referido decreto-lei e com referência a 31 de Agosto de 2007.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

8 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Luís Wagner Santos Diniz*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária/3 Abade de Baçal

Aviso n.º 20 689/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no expositor do átrio desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino referente a 31 de Agosto de 2007.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

8 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Teresa Martins Rodrigues Sá Pires*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Alfena

Aviso n.º 20 690/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, faz-se público que se encontra afixada na sala dos professores da Escola E. B. 2, 3 de Alfena, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal docente que dispõe de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação para reclamar ao dirigente máximo do serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

11 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Fernanda Maria dos Santos Simões Mendonça*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Arrifana e Escapães

Despacho n.º 24 544/2007

Por despacho de 8 de Dezembro de 2006 do coordenador educativo de Entre Douro e Vouga, foram homologados os contratos dos docen-